

INSTITUTO DE LINGUAGEM SOCIAL
94(469) L.E.A., E* 46480
BIBLIOTECA

GRANDES CHEFES DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

COORDENAÇÃO DE

ERNESTO CASTRO LEAL
E JOSÉ PEDRO ZÚQUETE



Texto

Este livro respeita a ortografia anterior ao Novo Acordo Ortográfico.

TÍTULO: Grandes Chefes da História de Portugal
COORDENAÇÃO: Ernesto Castro Leal e José Pedro Zúquete
AUTORES: José de Almeida, Rui Bebiano, Miguel Cardina, Paulo Ferreira da Cunha, Miriam Dolhnikoff, Nachman Falbel, Manuel M. Cardoso Leal, Ernesto Castro Leal, Riccardo Marchi, João Gouveia Monteiro, António dos Santos Pereira, Bruno Cardoso Reis, Manuela Tavares, Eduardo Cintra Torres, António Júlio Trigueiros, António Ventura e José Pedro Zúquete
©2012, Ernesto Castro Leal, José Pedro Zúquete e Texto Editores
REVISÃO: José Eduardo Didier

CAPA: Maria Manuel Lacerda
PRÉ-IMPRESSÃO: Leya, S.A.
IMPRESSÃO e ACABAMENTOS: Multitipo

1.ª Edição • Fevereiro de 2012
ISBN: 978-972-47-4491-9
Depósito Legal: 353 020/12
Reservados todos os direitos

Texto Editores
Uma editora do Grupo Leya
Rua Cidade de Córdova, n.º 2
2610-038 Alfragide
www.textoeditores.com
www.leya.com

É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, *offset*, fotografia, etc.) sem o consentimento escrito da editora, abrangendo esta proibição o texto, os desenhos e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I O Chefe Lusitano	15
José de Almeida	
CAPÍTULO II O Chefe Militar	41
João Gouveia Monteiro	
CAPÍTULO III O Chefe Judaico	63
Nachman Falbel	
CAPÍTULO IV O Chefe Aventureiro	85
António dos Santos Pereira	
CAPÍTULO V O Chefe Jesuíta	107
António Júlio Trigueiros	
CAPÍTULO VI O Chefe Luso-brasileiro	125
Miriam Dolhnikoff	
CAPÍTULO VII O Chefe Liberal	149
Manuel M. Cardoso Leal	
CAPÍTULO VIII O Chefe Maçónico	169
António Ventura	

CAPÍTULO IX	A Chefe Feminista	193
	Manuela Tavares	
CAPÍTULO X	O Chefe Republicano	205
	Ernesto Castro Leal	
CAPÍTULO XI	O Chefe Fascista	237
	Eduardo Cintra Torres	
CAPÍTULO XII	O Chefe na Extrema-direita	265
	Riccardo Marchi	
CAPÍTULO XIII	O Chefe Comunista	287
	Rui Bebianco e Miguel Cardina	
CAPÍTULO XIV	O Chefe Diplomático	311
	Bruno Cardoso Reis	
CAPÍTULO XV	O Chefe Constitucional	335
	Paulo Ferreira da Cunha	
CAPÍTULO XVI	O Chefe Imaginário	355
	José Pedro Zúquete	
LISTA DE AUTORES	402
ÍNDICE REMISSIVO	404

CAPÍTULO XIV
O CHEFE DIPLOMÁTICO

BRUNO CARDOSO REIS

FRANCO NOGUEIRA: LÍDER NO COMBATE DIPLOMÁTICO
POR UM PORTUGAL ULTRAMARINO

«Um fraco rei faz fraca a forte gente.»
Luís de Camões

«Eu sou português, nada mais [...],
mas um bom português,
no que respeita a portuguesismo»
A. Franco Nogueira

A liderança é hoje um campo de pesquisa em forte expansão, e não se pretende evidentemente aqui aprofundar esse tema genérico; mas, de alguma forma, havia que abordar a questão de Franco Nogueira como um possível chefe no quadro do salazarismo. Pareceu-nos pertinente começar por introduzir este caso afirmando que se pode ser chefe: por se ser *quem é*, por uma questão de personalidade e de perfil socioeconómico; pela *posição* que se ocupa no topo de uma hierarquia, seja ela institucional, familiar ou outra; pelos *resultados* da sua acção, ou seja, em virtude de algum feito heróico ou capacidade extraordinária.

Franco Nogueira foi indiscutivelmente detentor de uma *posição* de liderança institucional, como responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE] de Setembro de 1961 a Outubro de 1969. Foi mesmo o seu titular durante o período mais longo na época contemporânea¹. Tipicamente, porém, nos Estados contemporâneos os profissionais da diplomacia vivem afastados da política interna, e mesmo a pasta de ministro dos Negócios Estrangeiros [MNE] tende a ser vista como um lugar de prestígio, entregue a personalidades políticas eminentes, mas não é, regra geral, lugar de afirmação de um líder político máximo. Pelo contrário, muitas vezes o MNE é visto como uma espécie de exílio doirado para um potencial líder falhado. Nem sempre foi assim, no século XVIII era normal os ministros principais das monarquias europeias serem escolhidos entre diplomatas que se tinham destacado – o marquês de Pombal é um bom exemplo. Do século XIX em diante, no entanto, por causa de processos mais ou menos paralelos de crescente partidização e polarização da política interna e profissionalização dos diplomatas e tentativa de consensualização da política externa, as funções de MNE tenderam a ser vistas, cada vez mais, como à margem da disputa pela chefia política suprema. Como veremos, Nogueira, ele próprio, contribuiu para esta tendência de afirmação de uma diplomacia profissional. Este facto não significa, evidentemente, que um MNE não possa mostrar qualidades de chefia.

O embaixador Hall Themido realça precisamente que, apesar da relativa proximidade de idades e estatuto, Nogueira foi realmente um «chefe» para ele e a equipa que formara em torno de si, mostrando qualidades de liderança que levam a que considere que ocupa «um lugar à parte» entre os vários ministros com quem trabalhou. Houve, portanto, algo nos *resultados* da sua acção diplomática que fez Nogueira destacar-se. Os testemunhos apontam para um Franco Nogueira que liderava pelo exemplo, graças a uma excepcional capacidade de trabalho e dedicação, que lhe dava autoridade para ser exigente com

humor, como quando dizia aos seus colaboradores: «as férias são nocivas à saúde por se passar a viver num ambiente diferente» ou «um mau texto leva exactamente o mesmo tempo a produzir que um bom texto»².

O desempenho de Franco Nogueira na linha da frente da política externa portuguesa, sobretudo nos debates sobre a questão da descolonização na ONU, teve o condão de ao mesmo tempo lhe dar prestígio no seio da carreira diplomática e, simultaneamente lhe dar uma grande visibilidade pública e relevância política, merecendo a atenção do fundador do Estado Novo (1933-1974) e chefe do governo, Oliveira Salazar. Como explicar isto à luz da tendência para separação de águas entre política interna e política externa que referimos?

Portugal viveu a partir da sua entrada na ONU, em 1955, uma situação excepcional. A política externa de defesa de uma visão de Portugal uno e pluricontinental chocava frontalmente com a nova norma, promovida pela maioria da ONU, de descolonização rápida. Esta passou a ser uma questão central da política portuguesa. Por um lado, atacava um dos pilares do nacionalismo português – a ideia de que Portugal tinha uma missão gloriosa no mundo como potência civilizadora. Por outro, era a face diplomática do enorme esforço militar, com o envio de dezenas de milhares de soldados portugueses, para combater os movimentos independentistas armados: primeiro em Angola, a partir de Fevereiro-Março de 1961; depois na Guiné, a partir de 1963; e, em Moçambique, a partir de 1964.

Franco Nogueira emergiu como um dos trunfos do novo governo com que Salazar respondeu ao pronunciamento militar conhecido como «Abrilada» de 1961, com o qual procurou recrutar sangue novo e dar sinais de alargar o seu campo de apoio político, sem ceder em nada de essencial. Nogueira era ideal nesta conjuntura, um «jovem» de pouco mais de quarenta anos, que tinha já amplamente demonstrado competência, e estava associado, pelo seu perfil pessoal e social, ao republicanismo histórico de muita da oposição ao regime.

Importa, para concluir esta introdução, referir brevemente aspectos biográficos que permitam perceber melhor quem era Franco Nogueira em termos de *perfil* socioeconómico e político,

¹ Se exceptuarmos o caso realmente excepcional de Salazar que ocupou a pasta em acumulação e «interinamente» entre 1936 e 1947, contando na prática com o secretário-geral, embaixador Teixeira de Sampaio, para a gestão corrente do ministério; era o «Eixo Santa Comba-Cartaxo» num paralelismo jocoso com o «Eixo Roma-Berlim».

² Themido (1995: 23-24).

o que não deixa de ter alguma importância para compreendermos a forma como Franco Nogueira era visto na sua época e meio.

Alberto Franco Nogueira nasceu em Vila Franca de Xira a 17 de Setembro de 1918, um lugar de tradições progressistas; estudou e viveu boa parte da sua vida em Lisboa, onde morreu a 14 de Março de 1993. A capital era o principal foco da oposição intelectual ao Estado Novo. Franco Nogueira pertencia, em termos de perfil social, à minúscula elite que tinha possibilidade de obter formação universitária, concretamente em Direito, curso que concluiu em 1940 e era a chave habitual para quem queria atingir uma posição de chefia no Estado. Mas se o seu pai chegara a magistrado, vinha de «famílias extremamente modestas» do meio rural. Este perfil não será, talvez, indiferente na leitura que Nogueira fez da história nacional, marcada por uma forte valorização do patriotismo popular e do serviço do Estado, e crítica das elites instaladas.

Estes meios sociais quando eram politicamente progressistas tendiam neste período e região a abraçar o republicanismo. Franco Nogueira embora mostre dificuldade em situar-se politicamente na juventude por não ter tido propriamente militância, não deixa de afirmar que «sempre fui e continuo a ser uma pessoa de convicções republicanas»³. Dá-nos mesmo uma pista mais específica ao referir que na Primeira Guerra Mundial «existia apenas um pequeno *partido português*, chefiado por Brito Camacho», a União Republicana, por oposição aos partidos alinhados com as diversas potências⁴. Não é irrelevante recordar, a propósito de Nogueira, que o republicanismo português fora profundamente marcado por um nacionalismo em que o apego ao império ultramarino tinha um lugar central, como ele próprio repetidamente recordou nas suas obras.

Um perfil político republicano não colocava Franco Nogueira necessariamente contra o regime salazarista. Na República de Salazar existiam personalidades de topo vindas do republicanismo, caso do próprio presidente Carmona. Mas este republicanismo colocava Nogueira fora dos meios católicos conservadores, viveiros principais das elites do Estado Novo; ficando naturalmente mais próximo das oposições a Salazar em que esta tradição

³ Franco Nogueira com Avillez (1984: 209, 211).

⁴ Nogueira (1992: 93).

política republicana dominava. Efectivamente, o seu círculo de «amigos intelectuais de esquerda» em Lisboa deu-lhe fama de «liberal» no MNE. Esta percepção de distância face ao regime foi ainda reforçada por uma série de gestos que reflectiam tanto esta inclinação política como a *personalidade* fortemente autónoma de Franco Nogueira. Ele co-editou a *sebenta* do professor Rocha Saraiva, prestigiado ex-ministro da I República; nunca teve problemas, na sua actividade paralela como crítico literário, em elogiar as obras de escritores neo-realistas, inclusive comunistas, antes como depois do 25 de Abril⁵. Também é certo, porém, que, logo em 1940, escreveu uma série de artigos de opinião, sobretudo sobre política internacional, n' *O Setubalense*, um jornal de tradição republicana, elogiosos da política de neutralidade de Salazar durante a Segunda Guerra como correspondendo ao interesse nacional. Um dos artigos em particular, intitulado «Português, mau político», aponta já para um tema recorrente no discurso legitimador do salazarismo.

O interesse de estudar Franco Nogueira ganha com estas dimensões da sua biografia. Mas também é provável que isso tenha tido custos em termos da possibilidade de alcançar a chefia política suprema num regime conservador como o salazarista.

Seguindo uma ordem temática que é também minimamente cronológica iremos organizar o resto deste texto em secções sucessivas em que aprofundaremos: primeiro, a questão de Franco Nogueira como chefe diplomático; segundo, ele ser um eventual sucessor de Salazar; terceiro, o facto de ter atingido uma posição de certa liderança pela escrita, a partir de dentro, sobre o chefe do Estado Novo.

Um chefe da diplomacia

Franco Nogueira foi, entre Outubro de 1941 e Maio de 1961, um diplomata de carreira com uma ascensão que afinal pode ser considerada «meteórica», mas também irregular, e nada apontava nesse sentido inicialmente. A sua passagem por Tóquio, entre 1945-1950, foi um período em que ganhou confiança pessoal, ao

⁵ Nogueira (2000: 427-430).

ser chefe da representação muito jovem, mas resultou também num afastamento do centro de poder. A sua fama de «jacobino» e o seu casamento fora dos parâmetros habituais com uma luso-chinesa – sendo que Vera Franco Nogueira acabaria, depois, por se revelar um trunfo e apoio importante –, levou a que no seu regresso a Lisboa fosse provavelmente uma figura relativamente isolado no meio diplomático⁶. O reconhecimento das suas competências por Paulo Cunha, recém-nomeado MNE e seu antigo professor, assim como pelos diplomatas seniores com quem foi trabalhando, rapidamente fez com que, apesar das reservas iniciais, começasse a ocupar-se de assuntos e funções de crescente importância, nomeadamente coloniais e africanos, enquanto preenchia postos cada vez mais importantes, como cônsul-geral em Londres (1954-1958) ou lugares de direcção na principal repartição do MNE (1958/1959-1961), a dos Negócios Políticos. Foi tão rápida a sua ascensão que quando se viu elevado a MNE ainda estava na carreira no grau abaixo ao de embaixador, e aí se manteve, até um Conselho de Ministros de que ele estava ausente o ter promovido, apenas em Dezembro de 1968⁷.

As capacidades diplomáticas e o empenho pessoal que Franco Nogueira colocou na defesa diplomática da tese de que Portugal era uma nação pluricontinental e multirracial fizeram dele o novo chefe da diplomacia portuguesa, a partir de Maio de 1961. As suas qualidades de liderança tinham brilhado, em particular, no seio da delegação portuguesa na ONU, como já referimos. Mas importa sublinhar que ela era composta por jovens estrelas, entre as quais outros futuros ministros, como Adriano Moreira ou André Gonçalves Pereira. E este último testemunhou que Franco Nogueira era «o chefe efectivo da delegação – não por uma questão de hierarquia [...], mas porque se impunham as suas qualidades»⁸. Em certos aspectos, Franco Nogueira tinha pouco de diplomático no sentido corrente. Era um homem de «antes quebrar que torcer, como conheci poucos», sendo a «determinação», «força de vontade» e o seu carácter de «lutador» traços fundamentais sublinhados por muitos

⁶ P. Soares Martinez, in Ribeiro et al. (1999) e F. O. Neves, «Franco Nogueira e meu pai», in Ribeiro et al. (1999: 201).

⁷ As principais referências biográficas são de Martins (1996), Lucena (1999) e Brandão (2004).

⁸ A. Gonçalves Pereira, in Ribeiro et al. (1999: 82).

testemunhos. Por outro lado, mais diplomaticamente, isso não o levava a «perder a calma ou a cortesia», o que aliado à capacidade de argumentação lhe valeu o «respeito», mesmo de alguns «adversários»⁹.

É testemunho paradigmático disso *sir* Archibald Ross, antigo embaixador britânico em Portugal, que diz que as suas relações com Nogueira «nem sempre foram fáceis», num dos períodos mais difíceis das relações entre Portugal e a Grã-Bretanha – com a crise da Rodésia, em 1965, e o bloqueio naval ao largo dos portos de Moçambique, para aplicar as sanções ao regime de Ian Smith, a «quase levar à interrupção de relações». Mas nem por isso Ross deixou de qualificar a prestação de Nogueira durante a crise como «um excepcional *tour de force*», realçando a «infatigável energia», «aptidão no debate», bem como o «charme e sentido de humor»¹⁰. Opinião confirmada por outras fontes nos arquivos britânicos.

Já vimos vários testemunhos das qualidades de Nogueira como chefe diplomático. Acrescentaremos apenas mais um, por ser revelador do impacto de longo prazo da chefia diplomática de Nogueira. António Monteiro – embaixador e futuro MNE (2004-2005) – realça que a personalidade e o discurso de Franco Nogueira foram determinantes para despertar a sua vocação profissional; e como o impressionou, quando ingressou no MNE, em 1968, a forma como Nogueira «sabia dinamizar a máquina diplomática para um projecto de intervenção externa cuidadosamente preparado»¹¹.

Como parte dessa dinamização deu-se com Franco Nogueira uma certa transformação do estilo da diplomacia portuguesa, que pode passar despercebido por causa do conteúdo conservador da orientação externa seguida. Mas em termos de prática diplomática, os frequentes confrontos na ONU levaram, de facto, a mudanças importantes na diplomacia portuguesa, de que Franco Nogueira foi hábil promotor, para se adaptar às exigências de negociações com múltiplos Estados e com uma forte componente pública e de gestão dos *media*. As frequentes conferências de imprensa e entrevistas a destacados jornais nacionais, mas

⁹ *Idem*, pp. 81-83.

¹⁰ *Sir* Archibald Ross, in Ribeiro et al. (1999: 151-152).

¹¹ António Monteiro, in Ribeiro et al. (1999: 123).

também internacionais foram uma preocupação frequentemente referida nos seus textos. Mesmo Salazar deixou-se liderar neste campo da estratégia de diplomacia pública por Franco Nogueira; mas não sem se queixar de que nunca tinha sido obrigado a receber tanta gente – sobretudo políticos e jornalistas estrangeiros! A capacidade de Nogueira em fazer «em público discursos de elevada qualidade e vigor» acabou por ser um dos pontos fortes no perfil político que o tornou credível como eventual sucessor do chefe do Estado Novo¹².

Como vimos, Franco Nogueira não vinha de uma família com tradições na diplomacia – as origens rurais ribatejanas que não ocultava e a sua personalidade forte ter-lhe-iam mesmo valido nos meios mais aristocráticos do MNE a alcunha de «pegador de Vila Franca». Mas o que importa sublinhar é que Nogueira foi beneficiário da profissionalização da carreira diplomática levada a cabo pelo regime, a partir da reforma orgânica do MNE de 1938, como parte de uma agenda de reforço do prestígio, autonomia e poder do Estado por parte de Salazar¹³. E este facto, se num período de transição depois de um tradicional predomínio da cooptação familiar e partidária, criou resistências a Nogueira, também significou que como chefe diplomático pôde contar com o prestígio adicional de ser diplomata profissional e por mérito próprio.

Por outro lado, um aspecto fundamental na classificação de Franco Nogueira como chefe diplomático é que não só ele era da «casa», como também foi um dedicado defensor da carreira diplomática. O seu longo período de gestão no palácio das Necessidades foi fundamental para consolidar a profissionalização da diplomacia, mesmo ao nível de embaixador e nos postos mais importantes. Nogueira, nos seus escritos, sublinhou repetidamente o seu empenho nisso e as dificuldades em conseguir que no final do seu mandato ministerial não houvesse qualquer embaixador de nomeação política, o que tinha sido frequente nas décadas iniciais do Estado Novo. Em Abril de 1965, por exemplo, refere que Salazar «voltou» a «advogar a nomeação de embaixadores fora da carreira», afirmando que «fiz uma cara e mantive uma atitude» que resumiu na ideia: «só com outro

¹² Amaral (1995: 85).

¹³ Oliveira (2006).

ministro». De facto, fosse para Madrid, aquando da saída de Pinto Coelho, fosse para o Vaticano, com a saída de António de Faria, houve fortes pressões para nomeações políticas e não era claro que Nogueira iria prevalecer. Salazar, sem se deixar convencer pela tese de Nogueira, no entanto, acabou por ir cedendo sempre ao ministro; o que mostra bem o grau de autonomia deste último na chefia da política externa¹⁴.

Este foi um legado importante na cultura institucional portuguesa que Franco Nogueira deixou e que ainda se mantém. Pode ser visto como um triunfo do espírito de corpo; mas também correspondeu, no caso de Nogueira, a uma visão de que era essencial uma política externa verdadeiramente nacional, o que exigia continuidade, estar acima das mudanças de governo e de pessoal político. Mesmo no pós-25 de Abril, Franco Nogueira continuou a ver-se e a ser visto por muitos como tendo uma posição de liderança ou influência informal na carreira diplomática. Por exemplo, escreveu a Hall Themido aquando da sua nomeação para secretário-geral do MNE, em 1981, que fora sondado sobre o melhor nome e o indicou a ele: «tive a consolação de ouvir [...], então fizemos boa escolha». Aproveitou não só para lhe dar os parabéns, mas também para lhe recordar que nessa função cabia-lhe ser o garante último de que o MNE seria efectivamente «o cartório dos interesses vitais e permanentes da nação»¹⁵. Este aspecto de Nogueira ter sido não só um chefe «da casa», mas também «pela casa» é destacado na admiração que lhe dedicam muitos diplomatas e ficou simbolicamente marcado pela atribuição, em 1995, do seu nome a uma sala do palácio das Necessidades.

Para darmos significado mais claro à expressão chefe diplomático é fundamental, ao concluir esta secção, aprofundar o que era a diplomacia para Franco Nogueira. Não se tratava para ele de uma actividade puramente pragmática de negociar acordos sempre que possível. Nogueira foi profundamente influenciado por uma visão do mundo, na tradição do Realismo de autores que refere na sua obra – desde os clássicos como Tucídides, até aos contemporâneos Gilpin ou Morgenthau. Daqui resultava a sua tese da rejeição dos idealismos ideológicos como ou vazios

¹⁴ Nogueira (1986: 119).

¹⁵ FN carta a J. Hall Themido (Londres, 20.02.1981) cit. in Themido (1995: 29).

ou disfarce de interesses das grandes potências, em favor da defesa de interesses nacionais vitais – como era o caso da manutenção do Portugal ultramarino – por via de uma *Realpolitik* de grande determinação. O que só mostra que realismo firme para uns é idealismo cego para outros.

Ser um chefe diplomático, para Franco Nogueira, portanto, equivalia a ser um líder nacional. Uma verdadeira política externa exige antes de tudo que se tenha «uma visão, uma ideia, um conceito do seu país». Para ele, o nacionalismo não é uma ideologia, mas corresponde a «uma realidade» profundamente enraizada na história, como um «sistema de certezas íntimas partilhadas por todos os nacionais». A «política externa» consiste em «fazer projectar, para lá da fronteira», essas «certezas». Alerta, conseqüentemente, que «por se terem relações externas» com muitos países não se segue «que se tenha uma política externa» de sucesso, pois «aquelas servem para executar esta». Do seu ponto de vista, a política externa consiste essencialmente no exercício estratégico de «impor a terceiros a realidade nacional, e defendê-la» e nesse sentido «jamais se pode dar por concluída», pois «é uma luta constante». Também não pode ser questão de «caprichos, emoções, gostos ou preferências» e seria «perigo grave transformar em política externa a política dos partidos», pois tem de reflectir «os interesses permanentes da nação»¹⁶.

Tal não excluía explorar pragmaticamente formas de defender este objectivo último, mas levava-o a rejeitar a valorização das boas relações com os demais Estados como um fim em si mesmo¹⁷. Daí Nogueira não temer o confronto, mesmo público, e mesmo com os EUA ou com o Vaticano, por exemplo. Ele não hesitou em criticar publicamente o papa aquando da sua viagem à inimiga Índia, em 1963, o que lhe valeu a hostilidade de certos meios católicos. E manifestou repetidas vezes as suas críticas relativamente à política norte-americana em África, inclusive perante o presidente Kennedy.

Franco Nogueira via-se, enquanto MNE, como co-responsável pela formulação e condução da política externa, necessariamente portadora e defensora de uma certa visão histórica de

¹⁶ FN (1979: IX-XI).

¹⁷ Esta sua visão da política internacional está bem vincada desde os seus primeiros textos comó diplomata, logo a partir de 1942, ver Nogueira (2004).



No seu último encontro com o presidente norte-americano, em Novembro de 1963, dias antes de este ser assassinado, Kennedy mostrou-se mais moderado nas suas críticas a Portugal e procurou reduzir o grau de conflito. Até encontrou um ponto de acordo com Franco Nogueira, em torno de uma das dificuldades tradicionais em assegurar uma liderança efectiva. Nogueira queixou-se de que representantes dos países africanos individualmente eram moderados e até amistosos, mas em conjunto e em público, na ONU, se mostravam violentamente hostis à política portuguesa. Kennedy replicou que percebia bem, «são como os senadores americanos, individualmente estão todos de acordo comigo, juntos [no Senado], estão todos contra».

Fonte: *Emb. Franco Nogueira (1918-1993) Textos Evocativos*.

Porto: Livraria Civilização Editora.

Portugal, numa convergência activa e autónoma com Salazar. O diálogo no encontro decisivo em que Salazar levou Franco Nogueira a aceitar a pasta ministerial dos Negócios Estrangeiros reflecte bem este facto. No fundo, Salazar procurou saber se existia entre os dois convergência de visão quanto ao que devia ser a grande estratégia nacional, i. e., os objectivos nacionais vitais e os meios indispensáveis para os defender. Perguntou-lhe Salazar

nesse encontro: «concorda com a política ultramarina [...], julga que dispomos dos meios suficientes para executar essa política? [...] pensa que vale a pena fazer um esforço» e sublinhou: «é só isto que eu quero saber». Franco Nogueira respondeu que «não tinha dúvidas de que a política ultramarina era correcta e a que mais convinha aos interesses nacionais». Quanto aos meios, mostrou-se mais céptico ou realista, mas ainda assim afirmou que «no longo prazo» e desde que usados com «tenacidade, frieza, lucidez», então os meios existentes «deveriam ser suficientes para a vitória». Acrescentou que «não devíamos em nenhum caso render-nos sem luta». Era aí que Salazar queria chegar e rematou dizendo: «sendo assim, não vejo como pode recusar» a nomeação para MNE, e não recusou¹⁸.

Nogueira chefiou o MNE numa época de profundos desafios que muitos nacionalistas em Portugal viram como uma verdadeira batalha diplomática. Foi reflexo disso Franco Nogueira ter sido agraciado, em 1966, com a mais alta condecoração militar portuguesa, a grã-cruz da ordem da Torre e Espada, a par dos grandes heróis militares e de apenas dois outros titulares do MNE e pouquíssimos civis. O que lhe viria aliás a garantir, por inerência, apesar da sua personalidade controversa, um funeral de Estado com honras militares nos Jerónimos, um ritual digno de um chefe nacional. Mas tudo isto não bastou para alcançar a posição de liderança política máxima quando Salazar caiu do poder em Setembro de 1968.

Um possível sucessor de Salazar

Franco Nogueira podia ter chegado a chefe do regime salazarista depois da morte política de Salazar em Setembro de 1968. Não se trata de especulação vã, mas de ter em conta as opções consideradas por parte de quem tinha o poder para nomear o sucessor de Salazar – o presidente da República, Américo Thomaz. Segundo ele, entre as «mais de quarenta individualidades» que consultou, três nomes surgiram destacados como possíveis sucessores, claramente à frente, Marcello Caetano, depois

¹⁸ Thomaz (s. d.: 295-296).

surgiam Antunes Varela e Franco Nogueira e «só muito esporadicamente outros nomes»¹⁹. Caetano era o sucessor evidente, de tal forma que mesmo os que criticavam a escolha de Caetano punham a questão em termos de «ser sem dúvida a pessoa *melhor preparada*, mas é também, com certeza, a pessoa *menos indicada*»²⁰. Ele tinha sido, de facto, quase tudo no regime – começando como um dos juristas envolvidos na preparação da Constituição de 1933, foi depois chefe da Mocidade, da União Nacional, da Câmara Corporativa, além de ministro das Colónias, da Presidência, etc.

Já Franco Nogueira vinha de fora do regime. Tanto que alegou como impedimento à sua nomeação para MNE que «nem mesmo pertence à União Nacional». Salazar deu-lhe a famosa réplica – «Nem pertença! Nem pertença!»²¹ Esta afirmação tem sido muito citada como prova da pouca importância que Salazar dava a esta organização criada para o apoiar eleitoralmente. É uma leitura correcta – como fica provado pela total ausência da UN no processo de substituição de Salazar –, mas incompleta. Cabe, portanto, acrescentar que esta frase de Salazar também tem uma significação mais específica. Em 1961, Salazar queria mostrar que a sua estratégia de defesa do Ultramar tinha um apoio vasto e variado. A nomeação para o governo de Franco Nogueira, como de Adriano Moreira, deve ser vista como um sinal de aproximação à corrente política do republicanismo histórico, tradicionalmente mais associada à oposição.

Estamos cientes que isto choca com a imagem que durante o governo de Caetano e no pós-25 de Abril, e até pelos livros que foi escrevendo, se colou a Franco Nogueira, como o mais fiel dos salazaristas. Mas para quem tem dúvidas, cabe notar que segundo o registo do próprio Franco Nogueira, quando Salazar o convidou para o governo deixou claro saber que ele «não é um salazarista», tem outra «formação» e «outras ideias sobre governo», enfim, que «se situa num campo político diferente». Nogueira conclui: «interrompo para dizer que efectivamente assim era»²².

¹⁹ Thomaz (s. d.: 295-296).

²⁰ Amaral (1995).

²¹ Nogueira (1986: 14-15).

²² Nogueira (1986: 14).

Significa isto que houve dois Franco Nogueira ou até vários, um antes e um depois de 1961, um antes e um depois do 25 de Abril? Esta é uma tese popular e que tem alguma base nalguns factos. Como acabámos de ver, Nogueira não era um *insider* do regime quando foi nomeado ministro em 1961, e, como iremos ver, nos anos 70 e 80 veio a ser o grande defensor da herança política de Salazar, pelo menos no que diz respeito à opção integracionista contra a descolonização. Mas parece-nos que não se deve levar esta leitura da ruptura longe de mais. Nogueira rejeitou expressamente a tese da viragem súbita, garantindo que «jamais fui um homem de esquerda» e sublinhando a continuidade das suas convicções nacionalistas. Embora não deixe de reconhecer que «os meus contactos eram com pessoas que se situavam nesse plano ideológico e daí julgar-se existirem afinidades mais profundas do que realmente existiam»²³.

Tentava assim Franco Nogueira dar maior coerência ao seu percurso de vida do que ele realmente tivera? Seria uma tendência natural. Mas não sendo esta uma biografia, e sim um simples ensaio sobre o papel da chefia no percurso de Franco Nogueira, é impossível responder taxativamente. Limitar-nos-emos a sublinhar: primeiro, que de acordo com o próprio Salazar, politicamente o que parece é, as percepções contam muito. Esta percepção de uma viragem política ainda recente por parte de Franco Nogueira, mesmo que não fosse inteiramente verdadeira – pelo menos quanto ao nacionalismo e realismo entranhados – não deixou de criar dúvidas nos meios políticos do topo do regime que ajudam a explicar por que falhou Franco Nogueira a sucessão de Salazar, em 1968, o ponto que aqui nos ocupa.

De facto, se ninguém, em 1968, duvidava do alinhamento activo de Franco Nogueira com o regime, ao nível da política externa de defesa de um Portugal pluricontinental, ao nível da política interna as questões persistiam. Havendo testemunhos vários que apontam para que, mesmo durante a década de 1960, Franco Nogueira expressou dúvidas – nunca publicamente, mas em conversas nos círculos do regime, e até aparentemente com Salazar – sobre a bondade da política interna do regime. Um dos duros do regime, Soares Martinez, chegou a afirmar que apesar da sua admiração e estima por Nogueira, ele «quase nunca» se

²³ Franco Nogueira *in* Avillez (1984: 212).

alinhava com a «política interna de Salazar», ao contrário da «política externa e ultramarina», e que nas conversas que mantinham «sempre» lhe pareceu um «liberalengo»²⁴. É pouco clara qual seria a eventual alternativa «mais liberal» no seio do regime que Nogueira teria eventualmente em mente. O que é claro é que Franco Nogueira queria e acreditava num consenso nacional em torno da questão ultramarina no campo externo como condição prévia para qualquer reforma no campo interno, ora isso era cada vez mais difícil no final década de 1960.

A forma como o presidente Thomaz colocou a questão a Franco Nogueira é bem reveladora. Disse-lhe que «não era sensato querer perder um ministro certo por um presidente do Conselho incerto». Como o próprio Franco Nogueira notou com irritação, tal caracterização aplicar-se-ia, em rigor, a todos os «nomes apontados» como potenciais sucessores de Salazar; pois «nenhum» tivera experiência prévia do cargo que permitisse dar garantias sólidas quanto ao seu desempenho. Parece-nos, no entanto, que o verdadeiro sentido desta frase de Thomaz é o reflectir a dúvida nos sectores mais conservadores do regime sobre a figura algo heterodoxa de Franco Nogueira. Ou seja, Thomaz sentia-se seguro de que podia contar com Nogueira como «estratega notável» no campo externo; já como chefe do governo e herdeiro de Salazar, com grande poder e autonomia política quase total não se sentiria inteiramente confiante de que ele fosse de confiar²⁵. O que a irritação de Nogueira com este comentário também mostra é que ele se sentia pelo menos tão preparado para suceder a Salazar como qualquer dos outros nomes referidos. Estamos, portanto, longe das suas hesitações de 1961 quanto a entrar na política. Aparentemente, tinha tomado o gosto pela chefia e não teria recusado provar o prato principal – a liderança do governo e do regime.

Como se deu tão rapidamente a promoção de alguém marginal à política a eventual candidato à chefia do regime? Nogueira tende a ser visto como dando uma colaboração decisiva a Salazar na fase final do regime, mesmo pelos que consideram que ela teve um impacto nefasto, ao incentivar e capacitar um Salazar

²⁴ P. Soares Martinez, art. cit., pp. 478-479; cf. também Martins de Carvalho, art. cit., p. 227.

²⁵ Nogueira (1986: 314).

envelhecido para prosseguir com determinação a sua política integracionista de recusa da descolonização²⁶.

Pode falar-se de uma co-liderança entre Nogueira e Salazar na frente exterior na fase final do regime. Neste sentido, Franco Nogueira teria sido um equivalente de Kissinger para um Salazar feito Nixon. Convém, no entanto, não levar o paralelismo longe de mais. Pois, embora, por exemplo, tal como Kissinger, Franco Nogueira tenha tido a visão das vantagens estratégicas de estabelecer relações com a China comunista, e mais cedo, logo em 1964, essa manobra diplomática acabou por ser demasiado arrojada para Salazar que a travou, quando já surgiam notícias plantadas por Nogueira na imprensa internacional, levando a mostras de interesse pela China e de preocupação pelos EUA²⁷.

A melhor prova de que Franco Nogueira se tinha tornado politicamente uma peça muito importante no regime é que, em 1968, apesar de não ter sido o escolhido para suceder a Salazar, certas chefias militares e o presidente Thomaz impuseram a Marcello Caetano e a Franco Nogueira um período mínimo de coabitação, com este último a continuar no MNE até Outubro de 1969. Não menos revelador é o facto de depois de sair de MNE por insistência sua, Franco Nogueira ter sido o deputado mais votado do regime nas eleições de 1969; e depois disso, e sem grande vontade, um dos líderes *de facto* da corrente integracionista que atacava Caetano, por considerar que este não alinhava suficientemente com a defesa intransigente do Ultramar. Era assim, nomeadamente, nas páginas da revista *Política*, liderada por um grupo de jovens universitários – como Jaime Nogueira Pinto e José Miguel Júdice – que viam em Franco Nogueira uma referência, embora mais moderado e nada dado a conspiratas²⁸.

Para concluir esta secção, podemos afirmar que ser um chefe diplomático foi, ironicamente, quer a principal razão de Franco Nogueira chegar a ser visto como possível sucessor de Salazar, quer também uma das razões por não o ter sido. O MNE, como já referimos, tinha grandes limitações como plataforma de elevação

²⁶ Moreira (2009: 158-159).

²⁷ Nogueira (1986: 89-90).

²⁸ J. Nogueira Pinto, in Ribeiro *et al.* (1999: 249-251).

à chefia política máxima. Não era a melhor forma de criar uma rede de apoio no país e no regime. Ser professor de Direito durante longo anos e ministro de pastas com o poder de nomeação para postos numerosos e apetecidos – como as Colónias ou a Justiça – eram uma forma bem melhor de multiplicar discípulos leais e «amigos» políticos que usariam da sua influência no sentido de promover o seu patrono e a si mesmos.

O que fazer depois de sair do MNE em 1969? Franco Nogueira não parece ter querido voltar à diplomacia, nada mais lhe restava fazer por lá, e seria violar a sua regra da despolitização. Como deputado na Assembleia Nacional limitava-o a ambiguidade de não poder apoiar Caetano, mas também não querer ser acusado de minar o regime e a unidade nacional. Ganhar o melhor possível a vida era sem dúvida desejável e mesmo indispensável, mas também o foi marcar a história pelo poder da escrita.

Liderança pela escrita: uma visão histórica da nação e do chefe

Esta ideia pode parecer estranha em Portugal; onde, de facto, a cultura escrita e do escrito, nomeadamente a publicação de memórias é pouco cultivada. No entanto, é vulgar dar-se por assente que as memórias são a continuação da política por outros meios. Os escritos de políticos retirados são uma forma importante de influenciar as percepções de factos e feitos do passado e até as decisões e oportunidades políticas do presente e futuro. Churchill e de Gaulle são o exemplo mais claramente bem-sucedido dessa utilização do virtuosismo na escrita para efeitos de liderança política.

É talvez nos *Diálogos Interditos* de 1979 que Nogueira mais claramente afirma esta sua vontade de combate histórico, ao explicar que o título remete para o alegado facto de que «os responsáveis da descolonização não desejam [...] que se comparem atitudes e factos». Foi por isso que decidiu publicar estes relatos para os portugueses poderem compreender «a determinação independente e resoluta com que se defenderam os interesses nacionais». E termina desafiando «os descolonizadores» que certamente «registaram também» as «suas negociações» para

que os ditos registos sejam «publicados *tal como elaborados na altura* como os que constituem o presente volume» para poderem ser comparados e avaliados pelos portugueses²⁹.

Mas este desafio está também presente do primeiro ao último volume da sua biografia de Salazar, e é expresso na introdução e conclusão da obra. No primeiro volume, Nogueira referia ser seu objectivo combater o «clima de ódio contra» Salazar que se gerou depois do 25 de Abril de 1974. No último volume, afirmava que alguns o criticaram por ser «parcial» e o leitor ser levado a pensar que «o biografado fora um homem de génio»; ora, conclui Nogueira, «a verdade» é que «Salazar foi um homem de génio», embora daí não se possa deduzir que não teve defeitos. E embora negue que tal conclusão implique «compromisso político», no entanto, não resiste à crítica política, afirmando que «para muitos políticos portugueses» o «negar o mérito pessoal a Salazar» é um «expediente» conveniente e mesmo «uma obsessão, parecendo que sentem o terror [...] de uma comparação ou paralelo que se diria diminuí-los»; mais, «no fundo» invejam Salazar, «sentem avidez de mando» e «desejariam saber como exercer esse mando a título vitalício e sem restrições». Termina manifestando a esperança de que «decerto hão-de surgir em Portugal outros homens de génio» e de que «o povo português» manterá a «força colectiva para os arrancar da terra». Mas se critica a liderança do novo regime pós-25 Abril, Nogueira também se afasta dos que tentem usar a sua obra para ressuscitar o salazarismo, o qual afirmou taxativamente que «está morto», tal como Salazar o está, e um novo líder genial «não será cópia de ninguém». O que importa é recuperar a «mística nacional» tal como a entendia, e foi evidentemente a isso que se dedicou³⁰.

Franco Nogueira nunca foi líder do Estado Novo, mas teve, não só pelo seu pioneirismo, mas também pela quantidade dos seus escritos e qualidade da sua escrita, um papel de liderança relativamente ao descrever do passado do regime e do seu chefe máximo a partir do interior do mesmo. Conseguiu-o usando: a sua colaboração próxima com Salazar para credibilizar um conhecimento íntimo do biografado; o acesso privilegiado a companheiros próximos de Salazar e o acesso exclusivo ao

²⁹ Nogueira (1979: LVI-LVII).

³⁰ Nogueira (1985: XIII-XIV).

arquivo do líder do Estado Novo logo a seguir à sua morte. Se a isto juntarmos o seu talento para a escrita – parte fundamental do seu culto nacionalista, do seu portuguesismo era a devoção à língua portuguesa – percebemos como se transformou no autor da «crónica officiosa incontornável» do chefe do Estado Novo, como o reconhecem mesmo os críticos de Franco Nogueira e deste seu estatuto³¹. O prestígio relativo de Franco Nogueira beneficiou também, parece-nos, do falhanço da liderança de Caetano nos seus objectivos declarados de evolução na continuidade em Portugal e de autonomia progressiva no Ultramar, resultando numa revolução que levou à queda do regime e ao fim do império. Isso retirou a Franco Nogueira a possibilidade de liderar, ou sequer se manter muito activo na política nacional, mas acabou por lhe dar crédito adicional como eventual sucessor alternativo mais acertado para Salazar do que Caetano, e portanto também um guia mais seguro para a história do Estado Novo.

Uma vantagem inequívoca deste afastamento de funções de chefia política, sobretudo depois do 25 Abril de 1974, foi dar-lhe disponibilidade de tempo e a maior urgência no dedicar-se à tarefa de redigir a vasta biografia de Salazar. Só assim foi possível que num espaço de tempo relativamente curto, dos três volumes inicialmente planeados, acabassem por ser publicados seis entre 1977 e 1985.

Nogueira revela nesta obra na tradição da *Realpolitik* em que predominava a política, e merece particular destaque a política externa. O autor está não só longe, mas deliberadamente alheado das tendências então dominantes na historiografia, desde logo pela importância que deu à biografia política. Mas se isso foi evidentemente uma fraqueza do ponto de vista da sua influência directa na historiografia portuguesa, também significou que o campo ficou livre para Franco Nogueira durante muito tempo, por falta de alternativa em termos do grande público e mesmo entre os especialistas do período, pelo facto de a primeira biografia de Salazar por um historiador profissional ser publicada apenas em 2010.

A obra central, no *corpus* de Franco Nogueira, é complementada por outros textos em que se assume como memorialista e

³¹ Moreira (2009: 159).

historiador do Estado Novo. Desde logo, o volume suplementar da História de Portugal dita de Barcelos que lhe coube redigir sobre o Estado Novo. Volume em que Franco Nogueira, logo no primeiro capítulo, designou o regime de Salazar de «Segunda República», com isso reclamando para este último o estatuto de herdeiro do republicanismo nacionalista e conservador com que o próprio Franco Nogueira se identificava.

Pode dizer-se que toda a obra de Franco Nogueira faz parte de um amplo esforço de reanimação da vontade e da consciência nacionais de que os guias mais explícitos são os ensaios que abrem e fecham este ciclo de liderança pela escrita e escrita sobre a liderança: *As Crises e os Homens* de 1971 e *Juízo Final* de 1992. Neles, Franco Nogueira primeiro elabora e depois actualiza e reafirma uma tese fundamental, que no fundo pode dizer-se que resume toda a sua acção política, que é a da importância fundamental da vontade firme e da visão clara de um chefe incontestável em fazer triunfar os interesses nacionais inquestionáveis. Isso seria sobretudo importante em Portugal, dada a fraqueza de elites alegadamente excessivamente estrangeiradas, com pouco amor-próprio e demasiado apego às ideologias que vêm do exterior, o que tornava o papel de um chefe incontestável ainda mais decisivo em situações de crise nacional.

O próprio percurso pessoal, as aventuras da escrita histórica e biográfica de Franco Nogueira ajudaram a firmar o prestígio do seu autor, a sua liderança intelectual e moral nos meios nacionalistas conservadores ou salazaristas. Se Camões salvou os *Lusíadas* de uma tempestade e de um naufrágio, Franco Nogueira salvou a sua biografia de Salazar das muitas «vicissitudes» do naufrágio do regime e da tempestade revolucionária, que primeiro o levaram à prisão, entre Setembro de 1974 e Maio de 1975, depois o forçaram ao exílio em Londres até 1981, separando-o inicialmente de todos os seus papéis reunidos em vasta pesquisa preparatória. Temendo o «assalto» à sua residência, este material potencialmente comprometedor num contexto revolucionário foi disperso, e a esposa e familiares acabaram a «atravessar a fronteira numa madrugada» com «toda a documentação» embalada³².

Juízo Final, no final de um século, mas também no final de uma era em que Portugal se tinha afirmado pela expansão, e no

³² Nogueira (1985: XVII-XVIII).

final de uma vida, pode ser considerado como o testamento político e intelectual de Nogueira. Nele defende com Schmitt³³ a necessidade de ter a noção de quem é o inimigo principal. E é o iberismo, ou seja, quer as ambições da Espanha dominar Portugal, que até reconhece serem naturais do lado de lá da fronteira; quer sobretudo a atracção por potências exteriores mais fortes e mais ricas por parte das elites portuguesas.

A obra ilustra uma tensão ou contradição central em Franco Nogueira, entre o seu realismo e o seu nacionalismo; entre um pessimista antropológico profundo e a crença no poder da vontade; entre a ideia de que a história é sobretudo determinada por relações de poder e a crença na importância que pode ter a superior determinação e visão de um líder.

O Salazar descrito por Franco Nogueira pode ser criticado e questionado por várias razões – falta de referências suficientes à repressão, às oposições, e de um modo geral maior atenção à política externa do que à política interna e mesmo colonial. Mas poucos questionarão que é acima de tudo um estudo da liderança de Salazar, de como desempenhou o papel de chefe, nomeadamente de chefe diplomático.

A epígrafe camoniana deste texto pode ser vista como uma boa sùmula da visão histórica que animou o exercício de liderança diplomática e depois ideológica que Franco Nogueira ensaiou. Para ele, o fundamental é criticar aqueles líderes portugueses fracos que não são entranhadamente nacionais, a quem falta visão e confiança. Sem grandes chefes, aliados e liderando o povo, não teria havido grandes momentos da história nacional portuguesa.

Que balanço fazer de tudo isto? Franco Nogueira não tem dúvidas de que lhe foi dado colaborar e dar testemunho de um desses grandes líderes nacionais. Mas reconhece que «No final, perdi em tudo». Apesar desse tudo que era essencialmente o ultramar, alguma coisa se salvou. Como resultado da sua chefia diplomática, Nogueira deixou entre os diplomatas portugueses uma série de seguidores influentes, mesmo no pós-25 de Abril, como vimos. Alcançou o próprio Nogueira alguma visibilidade renovada no final da sua vida no Portugal democrático, destacando-se, nos anos

³³ Schmitt (1996). O autor, polémico por causa da sua associação com o nazismo, nem por isso deixou de ter enorme influência intelectual.

80, como analista da política internacional, com presença regular na RTP, conferencista no curso de formação de quadros superiores do Instituto da Defesa Nacional, e até uma influência informal ao nível político, por exemplo, como membro de um grupo de conselheiros informais do ministro da Defesa, Fernando Nogueira. Mas parece evidente que se sentia, provavelmente com razão, mais visto e ouvido pela sua capacidade de análise e clareza de discurso, do que propriamente escutado nas suas conclusões pessimistas sobre o excessivo afunilamento e seguidismo da política externa portuguesa num período de grande entusiasmo nacional pela integração europeia.

Apesar de tudo, dando definitivamente por enterrado o império, Franco Nogueira não deixa de aconselhar, em 1992, maximizar o mais possível as relações com os países lusófonos – apesar do seu antigo cepticismo quando à possibilidade de manter uma influência portuguesa importante nas suas ex-colónias –, propondo uma organização de cooperação do tipo da que veio a concretizar-se com a CPLP. E será interessante, hoje, perceber se numa época em que algumas das suas críticas e prognósticos sobre as dificuldades de uma Europa liderada pela Alemanha parecem concretizar-se, isso levará a alguma recuperação das suas reflexões passadas. Sobretudo, Nogueira profissionalizou e influenciou a diplomacia portuguesa, no sentido de a tornar mais apta a lidar com os desafios da diplomacia multilateral e da diplomacia pública que tanta importância têm hoje em dia, sem desprezar o realismo nas relações bilaterais. Como chefe diplomático, a sua acção não foi bem-sucedida quanto ao objectivo último – mas ele próprio, desde o início, sabia que seria difícil –, mas algumas coisas alcançou que duraram.

Numa entrevista de fundo, em 1978, do período do seu exílio em Londres, mas que recuperou na sua obra final, como testemunho fundamental, assim como nas páginas iniciais dos *Diálogos Interditos*, mostrou-se consciente da acusação de «intransigência» relativamente à política externa que chefiou e ao seu preço em vidas perdidas no conflito armado que apoiava e potenciava. Mas não se mostrou arrependido. Na sua visão da política externa a defesa dos interesses da nação está acima de tudo. O pacifismo não o atraía. Também não o atraía a placidez democrática. Sublinhou, no entanto, que embora todas as mortes fossem de lamentar, acreditava que se estava a defender

um interesse vital de Portugal, e até tinham morrido mais portugueses na Primeira Guerra Mundial, e mais africanos nas guerras civis da pós-descolonização³⁴.

Talvez as maiores fraquezas do seu argumento e da sua visão sejam que parece demonizar as elites estrangeiradas, e romantizar o povo português e alguns chefes extraordinários. Sobretudo, fica pouco claro como é possível uma política nacional com a continuidade e firmeza que idealiza, com base apenas em chefes com virtudes extraordinárias, cujo aparecimento é, por definição, imprevisível. Fica ainda a dúvida sobre se os líderes excepcionais a que se refere teriam de ter poderes extraordinários, leia-se ditatoriais; ou se tendo o povo português grandes virtudes relativamente às elites não seria afinal um regime democrático mais capaz de levar a cabo uma boa política externa? Mas Franco Nogueira não esconde que não há patriotismo e política externa ambiciosa e de grande autonomia, tal como ele os concebia, sem custos e sem sacrifícios, por vezes pesados. Liderar é obrigar-se e obrigar outros a ultrapassar as opções fáceis.

Franco Nogueira, em conclusão, considerava-se, antes, durante e depois da sua passagem pelo governo, como portador de um marcado portuguesismo, de uma certa visão e missão para Portugal que defendeu com determinação. Isto são atributos fundamentais de um chefe. Mesmo que, evidentemente, não sejam garantias de sucesso, e como o próprio Franco Nogueira reconhece ele tenha fracassado no essencial. Um certo pessimista antropológico típico da tradição do Realismo em que se filia-va terá talvez amenizado o choque das perdas sofridas, inclusive de lhe escapar a hipótese de liderança suprema do país, em 1968. Foi sem dúvida um dos mais significativos chefes diplomáticos portugueses, uma avaliação que não implica que se concorde com as opções que então tomou.

³⁴ Nogueira (1986: LI-LII).

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Freitas do. 1995. *O Antigo Regime e a Revolução*. s. l.: Círculo de Leitores.
- AVILLEZ, Maria João. 1984. *Entre Palavras 1974/1984*. Lisboa: Difel.
- BRANDÃO, F. de Castro. 2004. «Elementos Biográficos», in FN, *Relatórios Anuais 1942-1955*. Lisboa: MNE.
- LUCENA, Manuel de. 1999. «A. M. G. Franco Nogueira», in BARRETO A. e MÓNICA M. F. (eds.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. Porto: Liv. Figueirinhas, pp. 605-617.
- MARTINS, Fernando. 1996. «A. M. G. Franco Nogueira», *Dicionário de História de Portugal*. (s. l.: Círculo de Leitores, vol. 2, pp. 670-671.
- MOREIRA, Adriano. 2009. *A Espuma do Tempo: Memórias do Tempo de Vésperas*. Coimbra: Almedina.
- NOGUEIRA, Franco. 1979. *Diálogos Interditos. A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*. Braga: Intervenção, vol. 1.
- *Salazar*. 1985. Vol. VI. Porto: Livraria Civilização Editora.
- 1986. *Um Político Confessa-se*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- 1992. *Juízo Final*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- 2000 [1981]. *O Estado Novo*. Porto: Livraria Civilização Editora, 5.^a ed.
- 2004. *Relatórios Anuais 1942-1955*. Lisboa: MNE.
- 1987. *Um Político Confessa-se*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- OLIVEIRA, Pedro A. 2006. «O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)», *Análise Social*, vol. 41, n.º 178, pp. 145-166.
- PINTO, Jaime Nogueira. 1999. «De Outro País...», in RIBEIRO, T. de Melo et al. (eds.), *Emb. Franco Nogueira (1918-1993): Textos Evocativos*. Porto: Civilização.
- RIBEIRO, T. de Melo et al. (eds.). 1999. *Emb. Franco Nogueira (1918-1993): Textos Evocativos*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- SCHMITT, Carl. 1996. *The Concept of Political*. 1927. Chicago: Chicago University Press.
- THEMIDO, J. Hall. 1995. *Dez Anos em Washington 1971-1981*. Lisboa: D. Quixote.
- THOMAZ, Américo. S. d. *Últimas Décadas de Portugal*. Lisboa: Eds. FP.